

PREPARADO POR: NEGOCIAÇÕES DO OLP DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES
TRADUZIDO E TRANSMITIDO POR: COMITÊ BRASILEIRO DE INTERESSE NACIONAL PALESTINO

O ROTEIRO DA PAZ

PERGUNTAS FREQUENTES

1. O que é o Roteiro da Paz?

Em 30 de Abril de 2003, a administração dos EUA oficialmente anunciou a “base performática do Roteiro da Paz para uma solução permanente de dois-estados para o conflito Israelense-Palestino”. O documento, que veio a ser conhecido como o Roteiro da Paz, foi confirmado mais tarde, nesse mês pelo Quarteto. Em 19 de Novembro de 2003, foi oficialmente aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na Resolução 1515.

O Roteiro da paz é uma proposta de paz americana que define claramente fases, prazos e valores de referência para retomar o processo de paz israelense-palestino através de passos mútuos e paralelos a serem tomadas por Israel e pela Autoridade Palestina (AP) nos domínios políticos, de segurança, econômica e humanitária. Conforme descrito no Roteiro da Paz, o destino final deste Plano de Paz é “uma solução global e definitiva para o conflito Israel-Palestina até 2005”.

2. Porque o Roteiro da Paz se tornou tão importante agora?

O Oriente Médio nunca foi tão instável. Não obstante, o processo de paz Israelense-Palestino revitalizado e crível carrega um potencial sem precedentes. O Roteiro da Paz goza de amplo apoio da comunidade internacional como um mecanismo para alcançar a paz global.

Notavelmente, as cidades do Roteiro da Paz com aprovação da Iniciativa de Paz Árabe aprovado pela Conferência Árabe de Beirute em 2002, prevêem uma resolução regional do conflito em geral. Ela também fornece uma estrutura para o fim da ocupação Israelense em terras Palestinas e para estabelecer um Estado Palestino viável, independente e soberano.

3. Será que o Roteiro da Paz inclui as 14 "reservas" feitas por Israel?

Absolutamente não. Embora o Roteiro da Paz fosse aprovado tanto pelo Quarteto e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na Resolução 1515, não faz qualquer referência aos pronunciamentos unilaterais de Israel sobre o conteúdo do Roteiro da Paz.

4. Teria os deveres Palestinos do Roteiro da Paz foram atingidos?

A maioria das obrigações Palestinas na Fase I do Roteiro da Paz são obrigações em curso, não estáticas ou ações antigas. Criando e mantendo instituições de segurança eficácia é um esforço contínuo envolvendo medidas internas e assistência externa. Disto isto, a maior parte das obrigações Palestinas da Fase I tem sido cumprida desde 2003, quando a Autoridade Palestina realizou amplas e radicais reformas, nomeando um Primeiro-Ministro e iniciando controle estrito de suas finanças, enquanto Israel nada fez para ajudar na cooperação de segurança. Israel também se recusou a retirar tropas Israelenses para a linha pré-Intifada, congelou atividades de assentamento, incluindo o natural crescimento, desmantelou postos avançados ou levantou obstáculos que sufocaram a população Palestina.

Além disso, Palestinos cumpriram diversas outras obrigações, incluindo REITERATING o direito de Israel para existir em paz e segurança e apelando para um cessar fogo, assim como convocando para o término das atividades armadas contra Israelenses.

5. Pode-se dizer que Israel tem cumprido com suas obrigações da Fase I seguindo as declarações de Olmert de congelamento de assentamentos?

Não. A declaração do Primeiro-Ministro Israelense Ehud Olmert caiu consideravelmente com exceção do congelamento de assentamentos exigidos pelo Roteiro da Paz. Considerando que o Roteiro obriga Israel a congelar “todas as atividades de assentamento (incluindo o crescimento natural dos assentamentos)”, declarou em 19 de Novembro, Olmert não apenas disse que Israel não iria “construir novas comunidades” ou “expropriar terras” e que iria “remover postos avançados ilegais”. Como tal, a declaração de Olmert meramente reitera uma série de “brechas” empregadas no passado para permitir a construção de assentamentos para prosseguir com mais ou menos ritmo.

Em particular, a declaração de Olmert permitiria Israel continuar construindo novos assentamentos sob o pretexto de construir assentamentos “vizinhos”, assim como para a expansão ilimitada de assentamentos existentes.

Do mesmo modo, a ostensiva proibição na “expropriação” de terra é similarmente significativa desde que Israel já tenha expropriado a maior parte dos terrenos procurando assentamentos e suas futuras expansões, deixando acampamentos Israelenses com uma expansão reserva, somando mais do que 40% da Cisjordânia. Além disso, ele também permite que Israel continue confiscando terras Palestinas para assentamentos e infraestrutura através de “requisições”, declarando “terra estatal” ou simplesmente invocando pretextos não específicos de “segurança”.

O mesmo acontece com compromisso de Olmert de eliminar "postos avançados ilegais". Todos os assentamentos israelenses são ilegais sob a lei internacional. Assim, o Roteiro da Paz não faz distinção entre postos avançados "legais" ou "ilegais" (isto é, sob a lei

Israelense). O Roteiro da Paz deixa clara que Israel deve dismantelar todos postos avançados estabelecidos desde Março de 2001, independentemente do seu estatuto sob a lei doméstica Israelense.

Além disso, as obrigações israelenses em congelar assentamentos devem ser cumpridas imediatamente e simultaneamente com esses Palestinos. Como o Roteiro da Paz declara explicitamente: “Em cada fase, as regiões são esperadas para executar suas obrigações em paralelo, salvo indicação contrária”.

Para cumprir a obrigação imposta pelo Roteiro da Paz, o congelamento de assentamentos deve incluir, portanto, um fim a tudo: 1) Construção de assentamentos e assentamentos relacionados; 2) subsídios e incentivos econômicos para assentamentos e assentados; 3) planejamento e autorizações para assentamentos; 4) Confiscos de terras, demolições de casa e outras destruições de propriedades; e 5) migração dos assentados nos territórios Palestinos ocupado. Finalmente, o congelamento deve-se aplicar a todo território Palestino ocupado por Israel em 1967, incluindo Jerusalém Oriental, e deve permanecer em vigor até à execução de um acordo do estatuto permanente.

6. Em termos de calendário, o Roteiro da Paz deu dois anos para que se chegue a um acordo permanente. Será que é possível concluir um acordo antes do fim do prazo de Bush no próximo ano?

O plano original de atividades do Roteiro da Paz foi criado para ser "baseado no desempenho", o que significa que prazos são flexíveis e impulsionados pela implementação de vários compromissos. Não há qualquer razão para adiar a aplicação do Roteiro da Paz prevista para o início das negociações do estatuto permanente dentro de 8 meses a contar do início da fase I. Uma vez que muitas dos deveres das Fases I e II já foram cumpridas (particularmente do lado Palestino), 6 a 8 meses é mais do que suficiente para concluir um acordo permanente. É isso o que temos pedido: chegar a um acordo antes do fim do mandato do Presidente Bush.

7. Como pode a Autoridade Palestina implementar o Roteiro da Paz, especialmente em termos de segurança, quando Gaza não está sob o controle da Autoridade Palestina?

A atual crise interna e à radicalização das ruas Palestinas, especialmente em Gaza, são resultados da prostração e do percebido fracasso do processo político, com Israel não concordando com um horizonte político claro para o fim do jogo, nem permitindo qualquer melhoria para as pessoas que vivem nesta terra. O caminho para reconquistar a confiança do povo é para demonstrar que as negociações são as únicas maneiras eficazes de alcançar uma paz justa e duradoura, com liberdade e independência para o povo Palestino. Uma decisão positiva da situação em Gaza está diretamente ligada ao progresso político. Assim, se houver progressos demonstráveis nas negociações do estatuto permanente que permitam a Autoridade Palestina reafirmar sua autoridade

legítima em Gaza, então a Autoridade Palestina será capaz de reafirmar o controle legítimo e delegar a segurança em Gaza.

8. A Resolução 194 da ONU não é mencionada no Roteiro da Paz, será que isso significa que Palestinos tem descartado a questão dos refugiados?

Não, a Fase III do Roteiro da Paz afirma claramente que ambas as partes cheguem a um acordo permanente e global, que inclui uma solução "concordada, justa, eqüitativa e realista para a questão dos refugiados. "